

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ECONOMIA**

GEMIMA DÉBORA ELLES GIME

**OS PONTOS DE ESTRANGULAMENTOS E POTENCIALIDADES DO SETOR
AGRÍCOLA DE ANGOLA NO PERÍODO RECENTE**

**CRICÚMA -SC
2016**

GEMIMA DÉBORA ELLES GIME

**OS PONTOS DE ESTRANGULAMENTOS E POTENCIALIDADES DO SETOR
AGRÍCOLA DE ANGOLA NO PERÍODO RECENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Dimas De Oliveira Estevam

CRICIÚMA - SC

2016

GEMIMA DÉBORA ELLES GIME

**OS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO E POTENCIALIDADES DO SETOR
AGRÍCOLA DE ANGOLA NO PERÍODO RECENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Economia Agrária.

Criciúma, 05 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dimas De Oliveira Estevam – Dr. – UNESC - Orientador

Prof. Joelcy José Sá Lanzaolini – Msc. - UNESC

Prof. Natália Martins Gonçalves – PhD. - UNESC

Dedico o trabalho de conclusão do curso a DEUS todo poderoso por ser sempre a minha fortaleza em todos os momentos durante a graduação e na minha vida, aos meus amados pais, familiares e amigos pela força cedida durante este período. Obrigada por tudo amo incondicionalmente vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, base da minha existência, por ter iluminado diariamente o meu caminho, guiado meus passos, e ter me mantido firme em meus objetivos.

A minha mãe querida e amada, que me deu a vida e sempre cuidou de mim. Ela é a minha fortaleza, me educou, ensinou-me a ser uma pessoa melhor, me mostrou os caminhos certos. Agradeço também aos meus familiares e amigos, que sempre me apoiaram em cada momento de minha vida, me mostraram que tudo na vida tem seu lado positivo e estiveram comigo independente de minhas escolhas, os amo incondicionalmente.

Aos professores pelos ensinamentos não somente de teoria e prática, mas ensinamentos da vivência do que é ser uma economista, dos enfrentamentos, das conquistas e dos momentos de satisfação desta maravilhosa profissão.

Em especial agradeço aos professores e orientadores Dimas De Oliveira Estevam, Thiago Rocha Fabris e Giovana Ilka Jacinto Salvaro, que muito me apoiaram, dedicaram seu tempo e carinho na construção desta pesquisa e por todas as palavras de incentivo e força durante esse período em meu trabalho.

Agradeço a cada pessoa que fez parte da minha história acadêmica e que de seu modo fez parte da realização de mais essa conquista em minha vida.

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de identificar os pontos de estrangulamentos e as potencialidades do setor agropecuário de Angola. A pesquisa teve a abordagem quantitativa e qualitativa, com delineamento documental. O estudo foi desenvolvido com base em artigos científicos e instituições governamentais. Como potencialidades foram identificados os produtos mais cultivados e consumidos em Angola, com potencialidades de desenvolvimento como são os casos: do milho, amendoim, feijão, mandioca, batata doce, batata rena (inglesa), bananas e hortícolas, e as grandes regiões agrícolas existentes no País. Os principais pontos de estrangulamentos do setor agrícola de Angola foram os seguintes: baixa produtividade, infraestrutura danificadas, estradas destruídas pela guerra civil, principalmente as secundárias e terciárias, falta de crédito, assistência técnica deficiente, entre outras. Com o intuito de melhorar e desenvolver este setor o Governo angolano tem criado algumas políticas como: crédito agrícola, promoção do comércio rural, serviços de assistência técnica e extensão rural e a investigação científica.

Palavras-chave: Agricultura. Angola. Dificuldades. Políticas agrárias.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa político de Angola.....	14
Figura 2 - Distribuição da produção do café em Angola.....	30
Figura 3 - Mapa das grandes regiões agrícolas de Angola	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores macroeconômicos	19
Tabela 2 - Taxa de crescimento do PIB real por setor	20
Tabela 3 - Evolução do índice de desenvolvimento humano (2000-2014)	22
Tabela 4 - Fonte de água melhorada(% com acesso) 1990-2015	23
Tabela 5 - Saneamento básico melhorado (%com Acesso) 1990 - 2015	25
Tabela 6 - Número de nascimentos (por 1000 Habitantes)	25
Tabela 7 - Taxa de Mortalidade Menores de 5 Anos (por 1000 nascidos vivos).....	25
Tabela 8 - Expectativa de vida - 1960- 2013.....	26
Tabela 9 - População e cobertura escolar em 2013	27
Tabela 10 - Quantidade produzida por produto - 1970-2002	30
Tabela 11 - Área colhida por produto de 1970-2002.....	31
Tabela 12 - Produção agrícola por produto de 2000-2011	35
Tabela 13 - Acréscimo anual de produção de alimentos (2007-2013).....	35
Tabela 14 - Importações: 1990 - 2014 mercadorias classificação econômica, U.M. Em milhões de U.S Dólares	41
Tabela 15 - Posição de Angola em 2008, em relação ao comércio mundial	42
Tabela 16 - Principais produtos ou grupos importados	43
Tabela 17 - Principais produtos ou grupos exportados	44
Tabela 18 - Número de pessoas desnutridas (média 3 anos)	49

LISTA DE SIGLAS

AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
ANIP	Agência Nacional Para o Investimento Privado
BNA	Banco Nacional de Angola
CASA-CE	Convergência Ampla da Salvação de Angola
CEEAC	Comunidade Económica da África Central
CEIC/UCAN	Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola
CCIA	Câmara do Comércio e Indústria de Angola
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
CNC	Conselho Nacional de Carregadores
DNSP	Direção Nacional de Saúde Pública
ENSAN	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GEPE	Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
IIMA	Inquérito de Indicadores de Malária de Angola
IBEP	Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MINSA	Ministério da Saúde
MINADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MINPLAN	Ministério do Planeamento
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio
PRS	Partido de Renovação Social
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PESA	Programa Especial para a Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional

SADC Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UNITA União Nacional para Independência Total de Angola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE ANGOLA	14
2.1 AMBIENTE POLÍTICO.....	16
2.2 PANORAMA ECONÔMICO.....	17
2.3 INDICADORES SOCIAIS	21
3 O SETOR AGRÍCOLA EM ANGOLA	28
3.1 SITUAÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO ANTES DA INDEPENDÊNCIA	28
3.2 SITUAÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO PÓS INDEPENDÊNCIA.....	32
3.3 POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA EM ANGOLA.....	36
3.4 TIPOS DE AGRICULTURA.....	38
3.5 IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES.....	40
3.6 DIFICULDADES ENCONTRADAS NO SETOR AGRÍCOLA.....	44
3.7 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANGOLA.....	47
7 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXO (S)	57
ANEXO A – GRÁFICO DE % DEDICADO À AGRICULTURA.....	58

1 INTRODUÇÃO

A República de Angola é um dos países da costa ocidental africana e, também, um dos mais ricos da África em recursos naturais como petróleo e diamantes, com grande potencial agrícola. Porém apesar do notável crescimento econômico o seu desenvolvimento social ainda deixa muito a desejar, com o período de a guerra civil o país ficou com um desenvolvimento prejudicado (ROCHA, 2012).

O país passou por um conflito armado, pós-independência, entre os anos 1975 à 2002, que durou 27 anos, deixando um cenário de destruição, desestruturalização social e económica, destruição de infraestruturas, êxodo da população rural. Antes deste conflito, o setor agrícola era capaz de satisfazer a maior parte das necessidades alimentares da população nacional, além do país ser um dos maiores exportadores mundial de café e de outros produtos, como sisal, milho, algodão, mandioca, banana e óleo de palma. Atualmente, a produção agropecuária nacional é muito inferior as suas potencialidades e necessidades da população, tornando-o dependente das importações de produtos agroalimentares (AGRONEGÓCIO, 2014).

A inflação alta e a ampla dependência do mercado externo são alguns fatores que afetam a viabilidade dos investimentos no setor agrícola, e não só, também aumentam o custo de produção e de equipamentos, sendo a maior parte importada verificando-se também deste modo o baixo nível de produtividade. O investimento feito neste setor é de médio e longo prazo, apesar de serem culturas anuais há a necessidade de se harmonizar os interesses dos produtores com os objetivos gerais do Estado propensos à resolução dos problemas mais permanentes sentidos na sociedade. Há que se desenvolver os sistemas de produção que influenciam a produtividade, fazendo um controle de pragas e ajustando fertilização corrigindo os solos e selecionar as variedades (RELA, 2008).

Este processo de reestruturação da produção agrícola deveria ter iniciado há trinta anos atrás com o cessar fogo. Destaca-se que a economia angolana já passou por quatro crises: a de 1973, 1980, 2008-2009 e a atual. A crise de 1973 não se fez sentir muito, porque o país tinha um setor agrícola forte e não era tão dependente do petróleo. Diante desta situação de dificuldade da agricultura em Angola, tem-se algumas indagações: por que o Estado não investe no setor agrícola, pois deveria ser prioridade nas políticas públicas de qualquer país, uma vez que a

mesma além ser fonte de geração de emprego e renda para as famílias, produz alimento para a população.

A partir destas inquietações, tem-se como problema de pesquisa a seguinte pergunta: quais são as dificuldades e as potencialidades do setor agropecuário em Angola?

Em relação ao objetivo geral fica assim definido: Identificar as dificuldades e as potencialidades do setor agropecuário de Angola. Deste objetivo elencaram-se, os seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar os produtos mais cultivados e consumidos em Angola;
- b) Averiguar os produtos agropecuários mais importados e seus custos para o país;
- c) Analisar as barreiras econômicas, sociais e estruturais frente à produção de alimentos;
- d) Avaliar as políticas governamentais para o setor agropecuário.

Visando-se a cumprir os objetivos pretendidos, foi realizada uma pesquisa do tipo descritiva, com delineamento documental.

Este tipo de pesquisa, também chamada de investigações diagnósticas, consiste essencialmente na caracterização de um fenômeno ou situação, indicando suas características mais originais ou distintivas (MARCONI; LAKATOS, 2006). A pesquisa descritiva é conhecer situações, costumes e atitudes predominantes de um dado fenômeno, por meio da descrição exata de atividades, objetos, processos, pessoas, entre outros. O seu objetivo não é limitado a recolher dados, mas prever e identificar relações entre duas ou mais variáveis (ANDRADE, 2005). Na pesquisa descritiva, os dados coletados devem ser baseados em uma hipótese ou teoria, para expor e resumir as informações. Em seguida, o pesquisador analisa cuidadosamente os resultados, a fim de elaborar generalizações significativas que contribuem para o conhecimento e responder seu problema de estudo (GIL, 2002).

Em relação ao delineamento adotado, foi realizada uma pesquisa documental. A pesquisa documental é uma técnica de seleção e coleta de informações por meio de documentos diversos, caracterizada pelo uso predominante de gráficos e registros como fontes de informação, sejam manuscritos, impressos, sonoros, visuais, entre outros (ANDRADE, 2005). A pesquisa documental, desse modo, é uma técnica para a obtenção de documentos que possam descrever, explicar, analisar, comparar, criticar e outras atividades, a respeito de um tema ou

assunto, analisando fontes que já possuem as informações buscadas (GIL, 2002). Para se identificar os pontos de estrangulamentos e potencialidades do setor agrícola de Angola no período recente, foi realizada uma pesquisa documental, a partir do levantamento de informações em várias fontes, tais como jornais, revista científica, artigos, trabalhos acadêmicos, Banco Nacional de Angola; Instituto Nacional de Estatística; Banco Mundial; Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação; relatórios do governo, publicações legais, entre outros que se refiram aos dados que se pretende coletar.

Após o levantamento dos dados, os resultados foram analisados por meio da abordagem qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa destina-se a revelar as características de algo. Assim, a abordagem qualitativa centra-se na qualidade, ao contrário das pesquisas focadas em valores quantitativos (VIANA; ANDRADE; BRANDT, 2011). A pesquisa qualitativa é aquela que visa alcançar resultados concretos através da utilização de métodos ou ferramentas como pesquisas documentais, levantamentos, grupos de foco, entrevistas ou experimento aberto (VIANA; ANDRADE; BRANDT, 2011). A pesquisa quantitativa é um estudo estatístico que se destina a descrever as características de uma determinada situação, medindo numericamente as hipóteses levantadas a respeito de um tipo de problema de pesquisa (ARAÚJO; GOMES; LOPES, 2012).

O petróleo é a fonte principal que contribui para o crescimento do PIB em Angola. Por este motivo, o tema os pontos de estrangulamento e potencialidades do setor agrícola de Angola no período recente foi escolhido para o melhor entendimento de como funciona o setor agrícola e também porque é uma aposta da diversificação da economia. O desenvolvimento deste setor é uma das muitas alternativas para alavancar o crescimento do PIB do país, gerar renda para famílias, alimentação para a população, promover o desenvolvimento da indústria alimentar e erradicar a insegurança alimentar no país.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE ANGOLA

A República de Angola tem uma superfície de 1.246.700 km², tornando-se o terceiro maior país de África a sul do Saara (MINAGRI, 2004). Situada na costa ocidental da África Austral, tem seu território limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a Sudeste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Constituída por 18 províncias (estado), cuja capital é Luanda, tem como língua oficial o Português (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

Figura 1 - Mapa político de Angola



Fonte: Maps of world (2014).

O País conta com um importante patrimônio natural, dispõe de um vasto e diversificado conjunto de recursos: minerais, com destaque o petróleo e o diamante, porem se inclui, minério de ferro, fosfatos, cobre, ouro e urânio; recursos hídricos que colocam Angola numa posição de destaque na África Austral, no que diz respeito ao potencial hidrelétrico, possuem uma vasta costa marítima abundante em peixe e mariscos e condições climáticas favoráveis que lhe proporcionam um grande potencial em termos de produção agrícola (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUE, 2013).

Em relação ao clima, o país tem duas estações: a chuvosa (verão), a mais quente e vai de setembro a abril; e a do cacimbo ou seca é menos quente e vai de Maio a Setembro (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

Um dos maiores obstáculos com os quais se tem enfrentado o estudo em relação à realidade social e econômica do país é a falta de informação segura. Após a independência, a realização do primeiro censo constituiu um momento importante na história de Angola, possibilitando a elaboração de uma base empírica sobre a demografia do país, permitindo tomada de decisões bem fundamentadas (SANTOS, 2015).

Os resultados do censo realizado em 2014 revelam que a população residente em Angola era de aproximadamente 24,3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total), esta diferença deve-se por causa da guerra civil em que o país passava eram recrutados mais homens do que mulheres e que o índice de masculinidade é de 94, ou seja, existem 94 homens por cada 100 mulheres. Do total dessa população 15,1 milhões residia em área urbana (62,3%) e 9,2 milhões em área rural (37,7%) (INE, 2014).

Angola tem uma longa história de povos a ocuparem a região, desde o povo Khoisan ao Bantu. No século XV, os portugueses chegaram a Angola pela primeira vez, tendo fundado em 1575 a colônia de Luanda. O País foi importante para o comércio europeu, principalmente o comércio de escravos. Até o começo de uma revolta e uma guerra de libertação em que o povo angolano lutou pela independência, Angola encontrava-se sob o domínio português, tendo conquistado sua independência 1975. Após conquistar independência, Angola passou por um quadro de guerra civil que durou 27 anos, terminando em 2002, com o acordo de paz assinado no dia 4 de abril no mesmo ano (AGRONEGÓCIO, 2014).

2.1 AMBIENTE POLÍTICO

Desde o término da guerra civil em 2002, Angola vem mantendo sua estabilidade política. O sistema político é dirigido por José Eduardo dos Santos o Presidente em exercício desde setembro de 1979, e Manuel Vicente que é o Vice-presidente (AGRONEGÓCIO, 2014).

Em fevereiro de 2010 a constituição estabeleceu um sistema presidencialista parlamentar. De acordo com esse sistema o Presidente não é eleito por voto popular direto. O chefe do partido que adquirir maior número de lugares no parlamento, assume a presidência. Em Agosto de 2012 foram realizadas eleições parlamentares e o partido no poder Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) conquistou 175 lugares dos 220 de que é composto o parlamento, tendo recebido mais de 72% dos votos. A União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), principal partido da oposição, conta com 32 lugares; enquanto a Convergência Ampla da Salvação de Angola (CASA-CE), criada seis meses antes das eleições e o Partido de Renovação Social (PRS), alcançaram 8 e 3 lugares respectivamente. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), conquistou 2 lugares. As próximas eleições gerais terão lugar em finais de 2017 (THE WORLD BANK, 2016).

Os Órgãos Constitucionais são os seguintes:

Assembleia Nacional: Órgão que representa todos os angolanos e exprime vontade soberana do povo, eleitos por sufrágio universal, igual, direto e secreto, por um período de 4 anos, segundo o sistema de representação proporcional. Três lugares são reservados à eleição de deputados residentes no estrangeiro.

Governo: Cuida da política geral do País e é o órgão superior da administração pública. É politicamente responsável perante o Presidente da República e a Assembleia Nacional. É composto por Ministros e Vice-Ministros.

Presidente da República: Simboliza a unidade nacional e representa a nação no interior e no exterior. É também o garantidor da lei constitucional e Comandante em Chefe das Forças Armadas. O Presidente da República é eleito por sufrágio universal, direto, igual e secreto, por um período de 5 anos, entre os cidadãos angolanos com idade superior a 35 anos. Segundo a Constituição de Angola, é eleito Presidente da República e Chefe do Executivo o cabeça de lista,

pelo círculo nacional do partido político ou coligação de partidos políticos mais votado no quadro das eleições gerais. O presidente pode desempenhar no máximo dois mandatos. Ele designa os Ministros, o Governador do Banco Central, o Chefe do Estado Maior do Exército, os governadores, o Procurador Geral e os Juizes, os Embaixadores e ratifica as Leis (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010).

Angola faz parte com plenos direitos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), da Comissão do Golfo da Guiné, da União Africana e das Nações Unidas. No nível das três Organizações Econômicas Regionais e na Comissão do Golfo da Guiné, o prestígio e o poder de influência de Angola estão bem assegurados. Angola está entre os maiores contribuintes e a sua participação é ativa (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010).

2.2 PANORAMA ECONÔMICO

Após ganhar a independência, o país vivenciou conflitos internos, tendo sido palco de uma guerra civil que durou 27 anos, terminando em 2002. Grande parte da economia do país entrou em colapso. As infraestruturas destruídas, instituições públicas enfraquecidas, a sociedade centralizada e o processo político fragilizado. Desde que o último acordo de paz foi assinado o Governo tem feito um progresso substancial no restabelecimento das bases necessárias para tratar muitos dos problemas causados pela guerra. Essas medidas têm resultado no desenvolvimento e implementação de programas destinados a restaurar a ordem e a segurança, revitalizar a economia, restabelecer os serviços sociais básicos e reabilitar as infraestruturas de base (FIDA, 2014).

A economia angolana é altamente dependente das receitas petrolíferas. Nos últimos anos, o setor petrolífero e os altos preços internacionais do petróleo alimentaram a elevação da taxa de crescimento do país. A produção de petróleo e suas atividades de apoio contribuem com a parte mais importante do PIB. O crescimento das atividades não petrolíferas é apoiado pelos esforços para a melhoria da infraestrutura do país e pelo relançamento da atividade econômica em todo o território. Luanda (capital de Angola) continua a ser o centro econômico e

político, com 70 a 75% da atividade e do consumo (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010).

Apesar das medidas tomadas pelo governo para restabelecer as questões sociais e econômicas do país, é unânime que a economia está em crise. É sabido que a indústria atravessa um processo de quase autodestruição. É evidente que a agricultura perdeu o seu vigor e praticamente se transformou numa atividade itinerante, ao sabor das 'permissões' da guerra (ROCHA, 2012).

Para se medir o desempenho de qualquer economia, normalmente são usados três indicadores gerais: a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB), a taxa de inflação e a taxa de desemprego/emprego. No cenário econômico e social de Angola podem ser encontradas questões, que geram algumas dificuldades, tais como infraestrutura deficitária, custos de transação, eletricidade deficiente, alto custo de vida, recursos humanos frágeis e redes de transporte precárias (VILAS-BÔAS, 2014).

Devido às altas taxas de importação, que significa muita dependência de outras nações, o governo angolano vem desenvolvendo uma política comercial considerada como sendo ajustada às necessidades e demandas para o desenvolvimento do país, considerando-se que o país oferece diversas oportunidades para investimentos privados externos (VILAS-BÔAS, 2014).

Sobre isso, Vilas-Bôas (2014, p.112) ainda afirma:

Um dos principais motivos da atratividade de Angola reside no fato de que, ao contrário do que seria de se esperar em uma economia concentrada em um recurso natural estratégico, o governo angolano elegeu a reconstrução do país no pós-guerra como uma prioridade e as rendas do petróleo passaram a ser empregadas em obras de infraestrutura. Além dos próprios benefícios que o reaparelhamento da infraestrutura proporciona para os investimentos, a construção civil é caracterizada como um setor que tem elevado efeito multiplicador da renda na economia, o que faz dinamizar ainda mais a economia do país.

Depois de ter ultrapassado o quadro de guerra em 2002, o país assumiu-se como uma grande potência africana numa economia de mercado com rendimento anual per capita que ultrapassava os 6.000 USD. Em 2009, Angola foi profundamente afetada pelo colapso dos preços do petróleo. O crescimento econômico estagnou justamente quando antes da crise global registrava um dos crescimentos mais rápidos do mundo. O país registrou um crescimento negativo do PIB de -0.6%, no ano (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010).

Em 2012, registrou-se um aumento do PIB de 7,45% em termos reais, o que representa um aumento de 3,59 p.p face ao valor registrado em 2011. Essa evolução positiva demonstra que a economia angolana já tinha se recuperado do ajustamento causado pela crise financeira de 2009. Esse resultado foi impulsionado tanto pelo desempenho favorável do setor não petrolífero que cresceu 9,10%, quanto pelo crescimento do setor petrolífero de 4,30%. De acordo com os dados da tabela a seguir o setor petrolífero passou por um período contracionista, durante três anos e em 2012 obteve um crescimento de 4,30%. É importante evidenciar que o peso do setor Petrolífero no PIB diminuiu. Este comportamento do PIB está em linha com o objetivo do Governo em diversificar cada vez mais a economia Angolana, ou seja, aumentar o PIB não petrolífero no PIB Global (BNA, 2013).

Tabela 1 - Indicadores macroeconômicos

	Indicadores Macroeconômicos					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Inflação	13,2	13,99	15,31	11,38	9,02	7,69
Crescimento do PIB (%)	13,82	2,39	3,45	3,86	7,45	7,43
Setor Petrolífero	12,29	-5,09	-2,87	-5,57	4,30	-0,33
Setor não Petrolífero	15,04	8,31	7,80	9,74	9,10	11,54

Fonte: Ministério das Finanças, Ministério do Planeamento e BNA (2013). Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial/INE (apud BNA, 2014).

Em 2013 o crescimento do PIB foi de 7,73%, representando um aumento de 2,25 p.p. entre 2012 e 2013. Isto se deve sobretudo ao desempenho favorável do setor não petrolífero que terá crescido 11,54% em termos reais, o que compensa a contração verificada no PIB petrolífero (- 0,33%). A inflação é o aumento persistente dos preços em geral, de que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda (SANDRONI, 2010). No ano de 2013 a inflação foi de 7,69%, abaixo de 9,02% observada em 2013. Em relação ao PIB não petrolífero, evidencia-se o desempenho do setor da Agricultura com um crescimento de 47,61%, dos Diamantes e Outros – 6,56% em 2013, e do setor de Energia que cresceu 22,40% em 2013 em relação a 10,40% alcançados em 2012, o que pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 2 - Taxa de crescimento do PIB real por setor

Taxa de Crescimento do PIB Real Por Setor						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Setor Primário						
Agricultura	1,86	29,00	6,00	9,17	-22,50	47,61
Pescas e Derivados	-2,3	-8,72	1,30	17,23	9,70	9,80
Diamantes e Outros	-8,19	4,63	-10,28	-0,69	0,33	6,56
Petróleo	12,29	-5,09	-2,87	-5,57	4,31	-0,33
Setor Secundário						
Indústria Transformadora	11,03	5,27	10,66	13,02	14	8,00
Construção	25,60	23,78	16,05	12,02	11,7	7,60
Energia	26,10	21,32	10,90	3,46	10,40	22,40
Setor Terciário						
Serviços Mercantis	26,90	-1,45	8,73	9,47	13,40	5,30
Outros	1,90	5,94	4,73	9,56	8,35	5,00

Fonte: Ministério do Planeamento, Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial / INE, (2014).

Angola adotou um programa de estabilização macroeconômica e de reformas estruturais com o objetivo de completar o processo de transição para a economia de mercado. Durante anos, o país foi caracterizado por forte instabilidade econômica, hiperinflação, sobrevalorização da taxa de câmbios e escassos investimentos no setor social (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010).

A revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) de Angola implicou numa redução de um terço do total da despesa pública. Esta revisão é consequência da quebra das receitas petrolíferas e nele foi confirmado um déficit estimado para 2015 de 6,2%, do PIB, contra os 7,6% do OGE ainda em vigor. Desta forma estando à quebra da receita petrolífera estabelecida numa alteração estrutural da matriz energética global, o seu impacto na economia angolana será profundo e duradouro (SANTOS, 2015).

Segundo o *The World Bank* (2016), ao longo de 2014, a economia angolana apresentou sinais de abrandamento, uma vez que seu PIB cresceu 2,8% em 2015, abaixo dos 4,8% de 2014. Esse baixo crescimento deu-se devido à queda internacional dos preços do petróleo e também teve um impacto significativo nos saldos orçamentais. No terceiro trimestre de 2014 o preço médio do petróleo bruto em Angola era de 104 USD, chegando a 85 no quarto trimestre. Em 2015 não houve melhoria alguma. Os preços do petróleo continuaram a cair, chegando a 52 USD, representando um declínio de aproximadamente 48% em doze meses. No princípio

de 2016 os preços chegaram a um valor médio de 30 USD nos dois primeiros meses do ano.

Apesar de Angola ser rico em recursos naturais, apresenta uma ampla desigualdade na distribuição de renda com 87% da população vivendo abaixo da linha da pobreza. Mesmo com de imensos investimentos em infraestrutura, o serviço de saúde e o setor educacional continuam ainda inadequados e não respondem às necessidades da população. O sistema sanitário ainda é muito precário e desorganizado. Muitas estruturas hospitalares não estão devidamente equipadas ou localizam-se nas províncias, em zonas não facilmente alcançáveis pela população (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010). O crescimento econômico foi impulsionado em parte pela produção de petróleo e de diamantes. Além disso, as condições criadas pela paz manifestaram-se na retomada do setor de agricultura, pecuária, construção civil e de infraestrutura, reabilitando as estruturas públicas e de serviços, as telecomunicações e o comércio (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010).

2.3 INDICADORES SOCIAIS

Os procedimentos estatísticos que visam quantificar o grau de bem-estar ou qualidade de vida de uma determinada população podem ser denominados de indicadores sociais. Tendo em posse esse tipo de informação, o poder público estaria mais capacitado de planejar e desenvolver uma política social. A necessidade de detectar esses índices surge a partir da insatisfação do uso do Produto Nacional Bruto (PNB) como principal referencial para se aferir o grau de desenvolvimento social de uma comunidade. O nível de emprego, qualidade habitacional, nível de instrução, mobilidade social, serviços de transporte e de saúde, educação e perfil cultural global, oportunidades de lazer, grau de depredação dos recursos naturais não renováveis, poluição do ar, da água e sonora, entre outros, são alguns indicadores sociais (SANDRONI, 2010). Mais adiante alguns deles serão abordados de forma mais precisa.

A melhoria do bem-estar populacional deve ser considerado o objetivo primordial pelo governo Angolano estabelecido em suas políticas de desenvolvimento. Depois de se ter alcançado a paz, o Governo angolano tem se empenhado em levar a cabo varias ações para melhorar a qualidade de vida da

população, bem como investir na reconstrução das infraestruturas. A crise econômica de 2008/2009 não teve um impacto significativo nas políticas sociais, uma vez que tais ações tiveram resultados positivos como: maior disponibilidade de bens e serviços e melhoria nas condições de vida da população (rural e urbana). Mesmo depois deste progresso, é preciso um acompanhamento contínuo dos indicadores de bem estar social, para que se possam alcançar metas como o acesso universal a educação, saúde, fontes seguras de energia, água, habitação adequada e combater o problema da pobreza (ANGOLA, 2009).

Angola ocupa as piores posições em todos os rankings internacionais sobre a desigualdade econômica e social. A desproporção de rendimentos e especialmente de riqueza é abissal. Os valores do Índice de Desenvolvimento Humano expressam-no com meridiana clareza (CEIC, 2016). Desde 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem constituído uma importante medida de progresso - um índice composto relativo à esperança de vida, anos de escolaridade e rendimento (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2014). O IDH é hoje o indicador mais relevante para a análise das condições de vida da população e para o cálculo duma medida que permita compreender quanto de crescimento econômico se transforma em desenvolvimento. Seguramente que a situação social é hoje bem melhor que em 2000, sendo a evolução do IDH uma boa aproximação à medição destas transformações (CEIC, 2016).

Tabela 3 - Evolução do índice de desenvolvimento humano (2000-2014)

Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano						
ANO	2000	2010	2011	2012	2013	2014
IDH	0,390	0,509	0,521	0,524	0,530	0,532

Fonte: PNUD, International Human Development Indicators (2015).

Angola ocupa a 149ª posição no ranking do IDH. De acordo com os dados da tabela acima, Angola tem apresentado uma ligeira mudança no seu IDH. Se comparado ano a ano, a mudança não é muito significativa. Porém se comparado o ano 2000 e 2014 percebe-se uma mudança bastante significativa.

O acesso à fonte de água é deficiente. De acordo com os critérios mínimos de consumo, a água consumida pela população angolana não apresenta

tais critérios, uma vez que a maior parte da água consumida pelos habitantes das zonas rurais é de origem direta de lagoas e rios. Antes da independência foi criado um sistema de abastecimento de água, usado em zonas urbanas, que por sinal não se encontra em bom estado não só por causa da destruição causada pela guerra civil, mas também pelo aumento do consumo e pela sua deterioração (OLIVEIRA, 2012).

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2011 a nível nacional somente 42% usa uma fonte apropriada de água para beber, existindo, no entanto, uma disparidade acentuada entre as áreas de residência. Se comparada a população rural e urbana no âmbito de obtenção de água apropriada, estima-se que a rural tem uma probabilidade duas vezes e meia inferior em relação à população urbana. Com relação ao tratamento da água 66% da população não dá qualquer tratamento adequado a água para beber e o tratamento apropriado mais utilizado é a desinfestação com lixívia (26%), e somente 7% ferve a água (INE, 2011). A tabela a seguir aponta que no período entre 1990 a 2015, não houve grandes melhorias no que diz respeito ao acesso a uma fonte de água adequada.

Tabela 4 - Fonte de água melhorada% com acesso) 1990-2015

ANO	%
1990	45,8
1992	46,3
1994	45,9
1996	45,7
1998	45,7
2000	45,7
2002	45,7
2004	45,9
2006	46,2
2008	46,6
2010	47,1
2012	47,8
2014	48,6
2015	49

Fonte: Banco Mundial - Public Data (1990-2015).

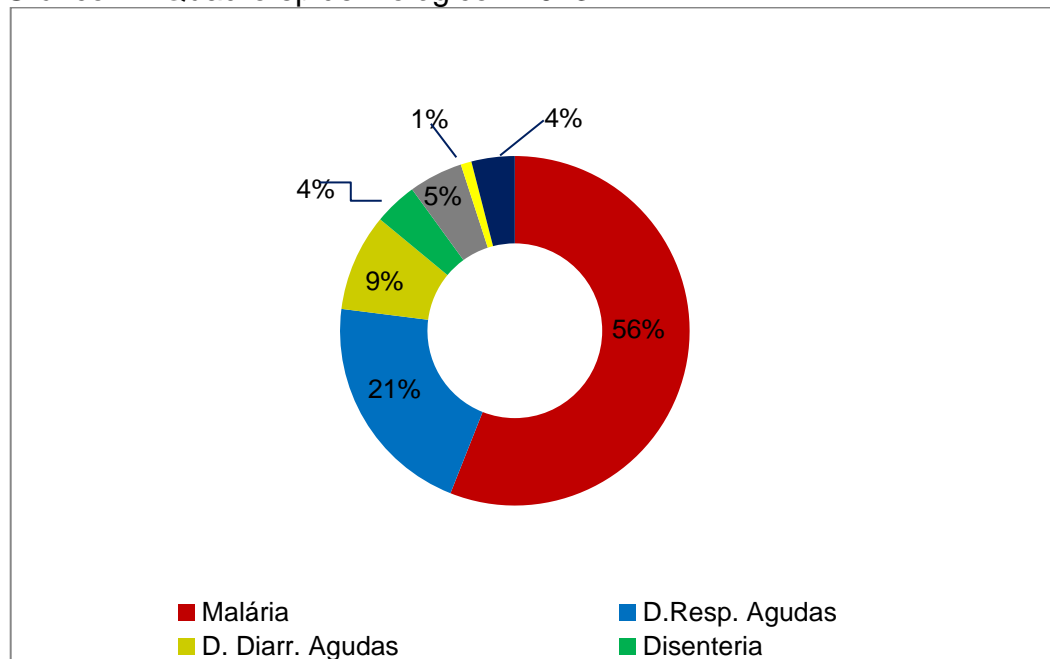
O saneamento básico é uma das intervenções de saúde pública reconhecida entre as mais efetivas na redução das doenças diarreicas, principalmente em países em desenvolvimento como caso de Angola (RASELLA, 2013).

O setor de saúde em Angola tem suas particularidades (a falta de médicos, infraestrutura deficiente, falta de enfermeiros, e técnicos de saúde, analistas, radiologistas, terapeutas, fisioterapeutas, etc.) que o caracterizam ou o torna um setor débil e pouco confiável perante a sociedade. Segundo um Inquérito de Indicadores de Malária em Angola (IIMA), publicado em 2011, promovido pelo Ministério da Saúde de Angola (MINSa), o paludismo ou malária é ainda a primeira causa de morte, de doença e de absentismo laboral e escolar. Representa 35% da demanda de cuidados curativos, 20% de internamentos hospitalares, 40% das mortes perinatais e 25% de mortalidade materna (MINSa, 2011).

A malária é uma doença infecciosa transmitida por um mosquito causada por protozoários do gênero *Plasmodium*. É a protozoose de maior impacto no mundo, colocando sob risco aproximadamente 40% da população mundial (cerca de 2,4 bilhões de pessoas), em mais de 100 países. Distribui-se por extensas regiões tropicais e subtropicais, flagelando expressivo contingente da população, sobretudo nas nações em desenvolvimento e subdesenvolvidas (GOMES et al., 2011).

Apesar de a malária ser considerada a primeira causa de morte, de doença e de absentismo laboral e escolar, existe ainda outras doenças, resultantes da deficiente rede de saneamento básico e das más práticas de higiene e consumo de água inapropriada (MINSa, 2011)

Gráfico 1 - Quadro epidemiológico - 2013



Fonte: CEIC de dados da DNSP (2013 apud CEIC Relatório social de Angola, 2013).

Tabela 5 - Saneamento básico melhorado (%com Acesso) 1990 - 2015

ANO	%
1990	24,4
1992	23,1
1994	24,2
1996	26,8
1998	29,4
2000	32,1
2002	34,8
2004	37,6
2006	40,4
2008	43,3
2010	46,2
2012	49,1
2014	51,1
2015	51,6

Fonte: Banco Mundial - Public Data (1990-2015).

Saneamento básico constitui fator essencial para saúde humana, Canalização e tratamento de esgotos, limpeza pública e aterros sanitários regularizados garantem melhores condições de saúde às pessoas, só a metade da população angolana 51,6% tem condições adequadas de saneamento básico isso em 2015. Apesar de muitas conquistas que Angola vem tendo, ainda falta muito para avançar na questão de saneamento básico.

Tabela 6 - Número de nascimentos (por 1000 Habitantes)

Ano	1960	1970	1980	1990	2000	2002	2005	2010	2011	2012	2013
Taxa	54,49	52,33	52,59	52,59	50,48	50,03	49,22	46,33	45,57	44,12	44,12

Fonte: Banco Mundial – Public Data (1960-2013).

Com o avançar dos anos verifica-se que a taxa de natalidade vem diminuindo, com a modernização as pessoas já não querem muitos filhos. A prioridade agora é alcançar outras metas em suas vidas. Em 1960 eram 54,49 e em 2013 44,12.

Tabela 7 - Taxa de Mortalidade Menores de 5 Anos (por 1000 nascidos vivos)

Ano	1980	1985	1990	2000	2005	2010	2011	2012	2013
Taxa	226	218	213	203	194	173	169	164	164

Fonte: PNUD, International Human Development Indicators (2014).

Em 1980 a taxa de mortalidade era maior 226, pois na época os partos ainda eram realizados em casa por parteiras e sem muito preparo. Com o decorrer dos anos, a saúde foi evoluindo e as taxas de mortalidade foi diminuindo em 2012 e 2013 e foram 164 mortos de menores de 5 anos.

Tabela 8 - Expectativa de vida- 1960- 2013

ANO	Expectativas (anos)
1960	32,90
1965	34,99
1970	37,02
1975	38,98
1980	40,16
1985	40,78
1990	41,14
1995	42,05
2000	45,2
2001	45,97
2002	46,71
2003	47,39
2004	48
2005	48,54
2006	49,01
2007	49,44
2008	49,85
2009	50,25
2010	50,65
2011	51,06
2012	51,46
2013	51,87

Fonte: Banco Mundial - Public Data (1990-2013).

A expectativa de vida aumentou consideravelmente em 1960 a media de vida era de 32,90 anos, em 2013 aumentou para 51,87 anos. Atualmente as pessoas se preocupam muito mais com seu bem estar em relação à antigamente.

O acesso aos serviços público não é somente deliberado pela presença de infraestruturas e pela disponibilidade de meios, mas também pela facilidade que as pessoas têm de se deslocar até tais serviços.

Tendo as sedes comunais como ponto de referencia relativamente à presença de serviços públicos, quase metade da população rural considera que o acesso por estrada a esse ponto administrativo melhorou substancialmente nos últimos oito anos. A percepção da melhoria na qualidade das estradas é partilhada por 59% da população (INE, 2011).

No setor habitacional existe um problema de difícil resolução, uma vez que após a independência até 1991 (período de liberalização econômica), não se registram investimentos neste setor. Para suprir à falta desses investimentos a população deu início a construções caóticas em todos os locais possíveis, sem terem conhecimentos sobre instalação de rede elétrica ou abastecimento de água, escoamento dos esgotos e do lixo. A nível nacional, 88% dos agregados vivem em habitações inadequadas, sendo que a menos proporção nas áreas urbanas (79%), se comparado com as rurais onde a percentagem de agregados a viver em condições inadequadas é praticamente universal (99%) (INE, 2011). De acordo com os dados acima citados pode-se dizer que as condições de habitabilidade em Angola são precárias.

A educação em Angola não fica atrás se comparada com as situações acima citadas. A população mais pobre investe menos na formação profissional, devido à falta de oferta disponibilizada pelo Estado. As escolas não estão capacitadas para receber um elevado número de alunos, principalmente na capital do país, a falta de programas capazes de estimular as capacidades dos alunos e ausência de um corpo docente com qualidade são alguns dos problemas que afetam a educação em Angola. De acordo com o IBEP 2008-2009, o acesso ao ensino primário é relativamente melhor do que o acesso aos serviços de saúde. Mais famílias urbanas (76%) e rurais (55%) declaram ter acesso à escola até um raio de 2 quilômetros (2 km) da sua residência (INE, 2011).

A quase inexistência de infraestrutura e de professores para os níveis mais elevados de ensino nas zonas rurais, fez com que dois terços dessa população concluíssem apenas o primário e não dar continuidade aos estudos.

Tabela 9 - População e cobertura escolar em 2013

Níveis e indicadores	Iniciação (5 anos) (3,6%)	Primário (de 6 a 11 anos) (17,7%)	Secundário (de 12 a 17 anos) (14,1%)	Universitário (de 18 a 22 anos) (9,9%)	
População	756.000	3.717.000	2.961.000	2.079.000	
Matriculados	567.113	5.162.879	1.015.896	218.678	
Cobertura	Bruta	75,0%	139,0%	34,3%	10,5%
	Líquida		68,0%	30,7%	

Fonte: CEIC, estimativas com base nos indicadores do GEPE – Ministério da Educação (2013).

3 O SETOR AGRÍCOLA EM ANGOLA

A fome e desnutrição afetam países subdesenvolvidos com níveis de desigualdade sociais baixo. A agricultura se apresenta como alternativa modeladora de um desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrado (CONTINI; LIMA-FILHA; DRESCH, 2012).

A agricultura moderna começou durante os séculos XVIII e XIX em várias áreas na Europa. Um processo de mudança tecnológicas, sociais e econômicas começou a ser implementado a chamada revolução agrícola que teve muita importância como ponto de partida para a divisão de feudalismo e do capitalismo (VEIGAS, 1991).

3.1 SITUAÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO ANTES DA INDEPENDÊNCIA

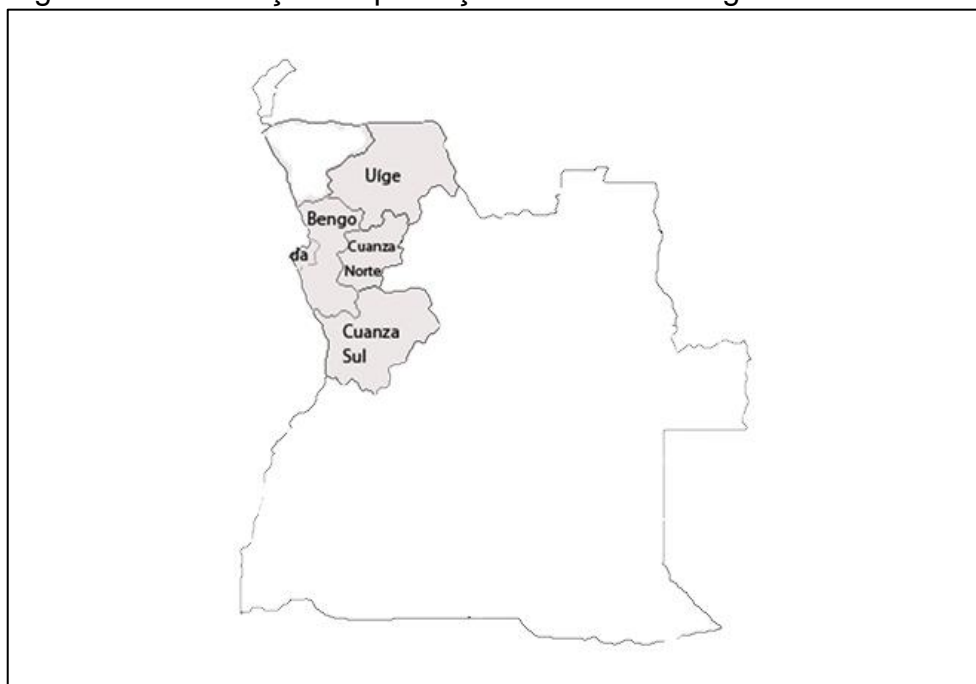
De acordo com Rocha (2011), acredita-se que a existência de recursos naturais, tais como diamante, ferro, carvão, petróleo, ouro, terras agrícolas férteis, entre outros dão aos países que detêm tais recursos vantagens comparativas para o crescimento econômico. No entanto, se por um lado países como México, Nigéria, Argentina, não têm utilizado da melhor forma para beneficiar seu próprio desenvolvimento econômico, por outro lado a Coreia do sul, Taiwan e o Japão mesmo não detendo tais recursos são países ricos e altamente industrializados. Não basta apenas ser detentor de recursos minerais e agrícolas importantes, há que saber usa-los em prol do desenvolvimento social e econômico.

A agricultura é uma atividade importante e deve ser considerado o motor para o desenvolvimento de Angola. Além de demandar grande força de trabalho, proporciona o aumento da renda per capita, possibilita a criação de indústrias de segmento alimentar e ajuda no combate da pobreza e fome. Com um clima e condições geográficas diversificadas, o país fornece condições favoráveis e oportunas para agricultura e uma vasta variedade de colheitas tropicais e semitropicais como: mandioca, milho, soja, bananas, cana-de-açúcar, algodão, batata inhame, feijão, arroz, óleo de palma, café, girassóis, sisal, tabaco, madeira, citrinos, entre outros. Destaca-se que a maior parte do povo angolano é de origem Banto – povo agrícola nato (ANTÔNIO, 2011).

Segundo Fituni (1985), o setor capitalista agrícola angolano isso a partir de 1965, se desenvolveu a ritmos elevados na qual teve um participação muito importante e significativa no contexto internacional na produção de café, algodão, cana-de-açúcar e sisal, isso entre 1970-1975 foram produzidas em média 230 000 toneladas de café por ano, tornando assim Angola o quarto maior produtor de café no mundo. Produzia-se essencialmente a variedade 'robusta' necessária à obtenção do café solúvel. Angola assegurava cerca de 19% da procura mundial de café 'robusta'. o café garantia uma grande parte das receitas do orçamento geral do Estado. Só na exportação o café trazia mais de 1,7 mil milhões de escudos (moeda usada na altura) anualmente.

O algodão era a segunda cultura de exportação produzida no setor agrícola. Em 1973 dentre toda a produção agrícola bruta, o algodão respondia a 11,6% dela. Quase todo o algodão era exportado e a colheita era realizada uma vez por ano, apesar de que as condições climáticas permitiam várias colheitas durante o ano. Quanto à produção de sisal, Angola ocupava solidamente o terceiro lugar a nível mundial, garantindo aproximadamente 10% da colheita mundial e 25% da africana. O plantio do algodão estava centralizado nas províncias (estados) de Malange, Kwanza-Sul e Benguela. A produção agrícola do café concentrava-se na região norte do país, nomeadamente nas províncias (estados) de Uíge, Kwanza-Norte, Kwanza-sul e Bengo. O café produzido nessas regiões eram equivalente 90% do total de café produzido em Angola. A distribuição geográfica do cultivo do café pode ser verificada no mapa da figura 2, abaixo (ANTÔNIO, 2011).

Figura 2 - Distribuição da produção do café em Angola



Fonte: Disponível em: <www.ebbo.pt>. (apud ANTÔNIO, 2011).

Tabela 10 - Quantidade produzida por produto - 1970-2002

Produtos	Unid.	ANO					
		1970	1980	1990	2000	2001	2002
Café	Ton.	204.000	43.260	5.000	4.260	3.300	1.260
Milho	Ton.	456.000	360.000	180.000	394.607	428.769	546.860
Mandioca	Ton.	1.600.000	1.150.000	1.600.000	4.433.026	5.394.322	6.522.760
Painço	Ton.	78.000	57.000	63.000	105.252	148.016	161.069
Banana	Ton.	300.000	280.000	270.000	300.000	350.000	480.000
Sisal	Ton.	61.700	5.000	1.000	473	529	533
Cana de açúcar	Ton.	763.989	300.000	270.000	350.000	360.000	360.000
Arroz	Ton.	29.950	11.000	3.000	5.776	5.335	4.890
Dendê (Azeite)	Ton.	200.00	200.000	220.0002	280.000	280.000	280.000
Feijão	Ton.	75.000	43.180	33.000	75.110	98.030	90.884
Amendoim	Ton.	18.000	20.000	14.000	12.750	27.055	31.447
Frutas cítricas	Ton.	82.000	80.000	76.000	78.000	78.764	80.432
Frutas Frescas	Ton.	30.000	31.000	27.000	30.000	32.000	32.678
Vegetais	Ton.	187.000	218.000	226.000	240.000	245.000	257.148

Fonte: FAOSTAT (1970-2002).

Em geral o setor agrícola direcionado para as exportações se desenvolvia com mais rapidez do que para os direcionados internamente. O entusiasmo pela produção de culturas para a exportação em prejuízo da produção de culturas para a alimentação local originava graves desproporções que impediam o desenvolvimento de todo o setor (ANTÔNIO, 2011). De acordo com Rela (2008), em 1970 as

exportações em produtos 'alimentares básicos' e em 'óleos e gorduras', de que Portugal era o único importador, representavam somente 5,4% das exportações totais. As exportações de açúcar e feijão já haviam sido abandonadas e a de milho tinha caído de quase 200 mil toneladas, no início da década de 60, para cerca de 60 mil toneladas, em 1973. Em relação ao óleo de palma (azeite de dendê), a instalação de uma fábrica de margarina no Lobito (estado de Benguela) fez com que o mesmo desaparecesse.

Tabela 11 - Área colhida por produto de 1970-2002

Produtos	Unid	ANO					
		1970	1980	1990	2000	2001	2002
Café	Ha	500.000	200.000	60.000	30.000	32.000	11.000
Milho	Ha	500.000	600.000	658.000	686.853	745.169	815.428
Mandioca	Ha	450.000	340.000	388.571	534.150	573.427	592.598
Painço	Ha	93.000	80.000	110.000	197.231	233.349	298.293
Banana	Ha	30.000	30.000	26.421	31.000	28.500	32.000
Sisal	Ha	50.000	3.500	775	464	450	450
Cana de açúcar	Ha	15.000	10.000	8.000	9.400	9.500	9.500
Arroz	Ha	25.000	12.000	3.154	4.293	3.894	3.705
Dendê (Azeite)	Ha	21.000	20.000	21.000	23.000	23.000	23.000
Feijão	Ha	120.000	110.000	121.000	194.861	222.370	239.600
Amendoim	Ha	35.000	40.000	28.000	38.541	81.482	85.766
Frutas cítricas	Ha	14.000	14.000	14.172	13.500	13.261	14.153
Frutas Frescas	Ha	6.500	6.500	6.627	6.500	7.000	7.471
Vegetais	Ha	28.700	34.000	30.575	31.000	31.500	31.641

Fonte: FAOSTAT (1970-2002).

Após se ter conquistado a independência, abriu-se diante o setor agrícola grandes horizontes. A reforma agrária que proclamara a propriedade do povo angolano sobre a terra, deu início a uma nova fase do desenvolvimento agrícola em Angola. As transformações nos meios rurais do país ganharam novos contornos. Após a nacionalização das terras, o Estado tomou por iniciativa própria a compra do produtor e a exportação do café e algodão. Durante os períodos do colonialismo, independência até antes do início da guerra civil, Angola teve por longos períodos um elevado desenvolvimento agrícola, em função das suas potencialidades geográficas e culturais (ANTÔNIO,2011).

O setor camponês foi bastante afetado e viu-se obrigado a abandonar suas áreas de residência para centralizarem-se em zonas que ofereciam melhores condições de segurança, ou seja, agrupavam-se nas zonas periféricas dos centros

urbanos. Neste mesmo período observaram-se quedas nos níveis de produção de cereais, e nas produções de açúcar (em 1990 alcançou a menor produção), até que foi encerrada a última açucareira Dombe-Grande em 1990, segundo a Câmara do Comércio e Indústria de Angola. Somente em 2002 após ser assinado o acordo de paz, houve o restabelecimento da circulação de mercadorias e pessoas, favorecendo de forma significativa uma parte dos deslocados, permitindo que os mesmos pudessem regressar as suas zonas de origem e voltassem a praticar as suas atividades de produção (ANTÔNIO, 2011).

3.2 SITUAÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO PÓS INDEPENDÊNCIA

Antes da independência, Angola era autossuficiente em todas as principais culturas alimentares (exceto o trigo) e foi um exportador de café e açúcar. A guerra e a falta de investimentos impactaram severamente este setor e o país tem sido dependente da importação de alimentos desde 1990. Aproximadamente, 10% da terra arável no país estão atualmente em cultivo e a produtividade por acre é uma das mais baixas da África Subsaariana (VILAS-BÔAS, 2014).

A contribuição combinada de culturas, pecuária, silvicultura e pescas para o PIB entre 2001 e 2003 foram de cerca de 8%, que aumentou para 12% até 2011, principalmente devido a programas de investimento público. Embora este crescimento no setor agrícola seja pensado para contribuir para a redução da fome, acredita-se que tenha tido um impacto menor sobre a diminuição da pobreza no país (JOVIER; PINTO; MARCHAND, 2012). Cerca de dois terços da população depende da agricultura para alimentos, renda e emprego, com as mulheres fornecendo a maior parte da força de trabalho. Estima-se que 80% das famílias rurais são pequenos agricultores, geralmente produzindo pouco ou nenhum excedente, com uma produtividade muito baixa. A falta de acesso para insumos agrícolas é um grande obstáculo à produção.

A guerra levou a um êxodo maciço de muitas áreas rurais como as pessoas migrando para as cidades por segurança. Estima-se que aproximadamente, 4 milhões (cerca de um terço da população) foram deslocados internamente com o fim da guerra. Aproximadamente 500.000 refugiados angolanos fugiram para países vizinhos e dezenas de milhares estão retornando às áreas rurais, embora haja poucos incentivos para fazê-lo (VILAS-BÔAS, 2014).

A produção rural de Angola tem tudo, mas entrou em colapso. As minas terrestres e bombas não detonadas nos campos são um perigo para aqueles que querem voltar e cultivar a terra, pois elas são uma restrição para a recuperação econômica e social (JOVIER; PINTO; MARCHAND, 2012).

A infraestrutura está sendo reconstruída e por estes motivos há falta de estradas, e pontes que permitem aos agricultores o acesso aos mercados, o que impõe entraves ao comércio. Os agricultores também não têm acesso a insumos agrícolas e outros bens necessários para começar a produzir novamente. Eles precisam de sementes, ferramentas adequadas para trabalhar a terra, os animais de tração e fertilizantes para áreas como o planalto central, onde a fertilidade do solo está esgotada (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUES, 2013).

A região mais afetada pela guerra foi o planalto central e hoje é uma das áreas vulneráveis à insegurança alimentar. As províncias do Huambo, norte da Huíla e Bié estiveram no centro do conflito. A região está sujeita a uma intensa pressão demográfica, estimando-se que dois terços da população do país se concentram em regiões rurais, sendo que a maior parte vive em condições de extrema pobreza. Como consequência, essas regiões são afetadas por um rápido declínio ambiental como: solos depauperados, más práticas agrícolas e disputa pelas terras destinadas à agricultura, contribuindo assim para a diminuição da produtividade, o que, agrava a insegurança alimentar. Diversos programas de incentivo à reconstrução do país foram lançados pelo governo, objetivando principalmente a recuperação da infraestrutura e a criação de uma base econômica em conformidade com a riqueza e potencialidades da nação, que seja capaz de garantir uma posição econômica competitiva e sustentável tanto regional como internacional. Contudo, sua industrialização ainda está se desenvolvendo, por isso, o país tem uma enorme taxa de importação, com produtos provenientes de várias outras nações (MARQUES, 2013).

As principais importações incluem gêneros alimentícios, bens de consumo, bens de capital, máquinas, veículos e implementos rodoviários, entre outros, que respondem por US\$ 20,5 bilhões por ano de importações (NOGUEIRA, 2012). Devido a isso, o mercado angolano vem oferecendo condições e acesso favoráveis para que empresas internacionais possam estabelecer parcerias com organizações locais, para a realização de projetos de desenvolvimento de reconstrução, reabilitação e de expansão de infraestruturas básicas nos mais

diferenciados setores da economia, o que pode ser atrativo, devido às várias oportunidades e benefícios que o investidor encontra em Angola (JOVIER; PINTO; MARCHAND, 2012).

Apesar de todos esses problemas, segundo o orçamento geral do Estado (OGE), a agricultura é um dos setores dinâmicos de crescimento da economia angolana com uma taxa de crescimento de 29%, mas o petróleo é o principal produto econômico do país. Ainda assim o país é dependente de importações principalmente de produtos alimentares (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUES, 2013).

Os produtos agrícolas mais produzidos em Angola são: o milho, amendoim, feijão, mandioca, batata doce, batata rena (inglesa), as bananas e as hortícolas. Se comparado a outras regiões africanas que produzem os mesmos produtos alimentares a produtividade em Angola é muito baixa. O café que era antigamente um dos produtos importantes e exportado por Angola hoje o seu cultivo é incipiente com uma produtividade baixa, Angola chegou a ser o terceiro maior exportador do grão mundialmente. Por outro lado a mandioca e o milho vem sendo um dos produtos com um número elevado de produtividade. Angola é autossuficiente em raízes e tubérculos, em massango (milho miúdo) dos cereais e bananas no grupo das frutícolas, carne bovina e caprina. Mas se mostra muito deficiente em arroz, trigo, carne de suíno, carne de frango e ovos. Angola não produz o suficiente para o consumo interno por esta razão a necessidade de importação de produtos alimentares (PACHECO; CARVALHO; HERENQUES, 2013).

Tabela 12 - Produção agrícola por produto de 2000-2011

Produto	2000/01 (t)	2002/03 (t)	2004/05 (t)	2006/07 (t)	2008/09 (t)	2009/10 (t)	2010/11 (t)
Milho	458.659	618.684	720.273	615.894	970.231	1.072.740	1.262.222
Milho Miúdo	144.162	83.089	137.864	156.434	68.322	87.510	123.395
Arroz	5.335	10.697	8.650	4.635	14.291	17.697	23.209
Total Cereais	608.156	712.470	866.787	776.963	1.052.844	1.177.947	1.408.826
Feijão	89.032	93.185	108.116	103.698	247.314	250.117	303.521
Amendoim	0	58.850	66.001	66.660	110.828	115.164	161.116
Soja	0	0	0	7.064	5.936	6.087	7.743
Total Leguminosas	89.032	152.035	174.117	177.422	364.078	371.368	472.380
Mandioca	5.394.322	6.892.162	8.806.209	973.061	1.282.750	1.385.861	1.433.359
Batata Inglesa	158.389	269.204	307.296	481.216	823.266	841.279	841.252
Batata-doce	353.228	543.320	659.452	949.104	982.588	986.563	1.045.104
Total Raízes e Tubérculos	5.905.939	7.704.686	9.772.957	1.116.051	1.463.344	1.568.653	1.621.985

Fonte: Campanhas Agrícolas Anuais (GEPE e GSA/MINADER, 2014).

Por forma a melhor se perceber e possibilitar uma análise mais detalhada da evolução da produção agrícola angolana, a tabela 13, mostra o acréscimo anual da produção por categoria de produtos desde a campanha de 2007/2008, agora incorporando já os dados de produção das safras dos anos mais recentes.

Tabela 13 - Acréscimo anual de produção de alimentos (2007-2013)

Produto	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
Cereais	-39 009	314 890	125 103	230 876	910 447	1097140
Leguminosas	133 286	133 286	7 290	101 012	347 677	556494
Raízes e tubérculos	3355 079	3355 079	1053 089	533 342	2150199	2393539
Hortícolas	2 442 416	1 865 586	114 357	460 739	329 815	402 634
Oleaginosas	ND	ND	1 293	1 466	2 646	2 380
Acréscimo total	3 449 356	5 668 841	1 301 132	1 327 435	3 740 784	4452187

Fonte: Campanhas Agrícolas Anuais (GEPE e GSA/MINADER, 2014).

A classe de produtos com acréscimo mais evidente é a das raízes e tubérculos onde em 2012/2013 apresentou um acréscimo de produção de 2.393.539 toneladas em relação aos anos à anterior, contribuindo assim bastante para o acréscimo total, que foi de 4.452.187 toneladas, verificado na produção agrícola

global de Angola.

3.3 POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA EM ANGOLA

As zonas agro econômicas de Angola foram divididas em 1973 por A. Castanheira Diniz em 36 zonas, diferenciadas por condições ambientais, sistema culturais, cobertura de infraestrutura, mercados e serviços. Durante muito tempo foi esse critério usado para definir a potencialidade agrícola de Angola. O ministério da agricultura realizou algumas alterações destas zonas, fazendo uma divisão em cinco grandes regiões rurais. Sendo estas regiões:

✓ REGIÃO I, a Norte, com agricultura de sequeiro e aproveitamento das faixas aluvionares dos principais rios, cujas principais culturas são a mandioca e o milho;

✓ REGIÃO II, a Norte do país, em que a mandioca, o feijão e a batata-doce são as principais culturas para consumo e para o mercado, associadas em algumas áreas à banana e noutras ao amendoim, e ainda o café;

✓ REGIÃO III, o conhecido Planalto Central, em que o milho assume enorme importância na dieta alimentar da população, mas também assumem importância, em termos alimentares e de mercado, a batata, o feijão e as hortícolas, e onde se vai recuperando o café arábica e certas fruteiras subtropicais, sendo de notar o uso de tecnologia relativamente mais avançadas, como técnicas de regadio e o uso de fertilizantes orgânicos e químicos;

✓ REGIÃO IV, compreende a zona Leste do país, em que a agricultura é principalmente para autoconsumo, com predomínio generalizado da mandioca, mas também com tradição de cultivo de cereais (arroz de sequeiro, milho e massango) (milho miúdo) e massambala (sorgo), e onde a recolocção, a caça e a pesca são componentes importantes da economia doméstica;

✓ REGIÃO V, a Sul, que se alarga à medida que se caminha para Sul, integrando parte da província da Huíla e praticamente a totalidade do Cunene, fortemente marcada por uma economia agropastoril, e mesmo pastoril mais a sul, onde a criação de bovinos assume enorme importância, sem menosprezar a de caprinos, ovinos e suínos, e em que na agricultura predomina o cultivo de cereais (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUE, 2013).

além dos níveis de subsistência da família (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUE, 2013).

3.4 TIPOS DE AGRICULTURA

Em Angola existe dois tipos de agricultura que são: agricultura empresarial e agricultura familiar. A agricultura foi inventada entre 10 e 15 mil anos atrás, e nos últimos dois ou três mil anos evoluiu para belas culturas camponesas, localmente adaptadas e sustentáveis em muitas regiões do mundo, especialmente na Europa, na Ásia, em algumas regiões da América do sul, na América Central, e em algumas regiões da África (LUTZENBERGER, 2001).

Segundo a FAO (2013) até 2050 serão os pequenos agricultores - e os produtos oriundos da agricultura familiar, que fornecerão grande parte dos produtos necessários para alimentar mais de nove bilhões de habitantes no mundo. Para isso, uma das medidas necessárias para a obtenção da segurança alimentar e nutricional é apoiar e investir no trabalho que é desenvolvido pelas cooperativas, organizações e associações de produtores rurais, para que tenham condições de aumentar a produção de alimentos, comercializar seus produtos, criar empregos e, a partir daí, aumentar a segurança alimentar no mundo e reduzir a pobreza, principalmente no meio rural. A agricultura familiar é um universo profundamente desigual, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Agricultura familiar aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (MARTINI; TRENTINI, 2011). Em Angola, a agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores, eles representa a maioria de produtores rurais, em 2012 eram cerca de 2,6 milhões de agricultores familiares em Angola e com área média de cada agricultor de 2,1 hectares, Muitos ainda são os desafios, entre eles acabar com as dificuldades de acesso aos meios de produção de boa qualidade, à assistência técnica e extensão rural e ao crédito para financiamento da produção, além de fornecer infraestrutura e meios de transportes adequados nas áreas rurais para levar os produtos aos mercados locais (CUATOS, 2015).

Para isso, é fundamental pensar a questão do próprio desenvolvimento nacional, que excluiu grande parte dessa enorme quantidade de agricultores, tem estados a serem prejudicados pelo processo de modernização (construção de centralidades). A Lei de terra, crescimento contínuo da população e pelo conceito do novo fazendeiro Angolano. O desafio é maior se for considerada a diversidade de situações. Quando se analisa o cenário em que se insere a agricultura familiar observa-se que os problemas são homogêneos em todas as regiões do País, falta de meios para uma produção em escala, e dificuldades de escoamento dos produtos pelas distâncias dos mercados consumidores (CUATOS, 2015).

Pensando nesse desenvolvimento da agricultura familiar é pensar também desenvolvimento local, no capital social que representa o nível e a capacidade de organização de uma determinada comunidade. A baixa produtividade da agricultura angolana tem sido uma das questões que preocupa os agentes económicos que infelizmente tem registado poucos progressos. Importa realçar que, o crescimento lento da agricultura tem sido um dos fatores que cria obstáculos ao combate a fome e a pobreza em Angola. É necessário aplicar políticas que possam fortalecer questões como de distribuição dos rendimentos, propriedade das terras, relações de produção, financiamento um sistema financeiro da atividade agrícola e as relações intersetoriais.

A segunda metade da década de 80 foi semeada de grandes vitórias para aqueles que defendiam a intensificação da 'modernização' do campo via valorização da agricultura empresarial (MARTINE, 1991). Agricultura empresarial caracteriza-se pelo emprego de alta tecnologia, eficiente uso de insumos, como adubações, irrigação, agroquímicos entre outros, visando assim à obtenção de alta produtividade por unidade de área e elevada eficiência. A agricultura empresarial é a que abastece em maior quantidade os produtos requeridos pela população em geral, que é a mais numerosa. Além disso, esse tipo de agricultura contribui de modo expressivo nas exportações, gerando divisas e tributos em geral (PATERNIANI, 2001).

É importante o surgimento e expansão de um sector empresarial em Angola, a reabilitação das antigas fazendas, a expansão de grandes quintas (sector empresarial) contribuiriam para o desenvolvimento da agricultura empresarial. Grandes fazendas eram produtoras de dinheiro e jogavam um papel importante na economia do país, pois os mesmos cultivavam café que gerava uma renda importante para o país.

Os pequenos agricultores também contribuíram maciçamente para as exportações angolanas, por exemplo no milho. Este ponto de vista baseia-se também na suposição de que só os grandes agricultores têm meios para os avanços tecnológicos para impulsionar os rendimentos e restaurar a competitividade do país na agricultura. Contudo, o desenvolvimento de grandes propriedades, enquanto necessário para criar uma categoria de partes envolvidas bem conectadas no desenvolvimento da agricultura uma condição absoluta na prática para promover a agricultura e dar vazão ao imenso potencial agrícola do país. A reabilitação da agricultura de subsistência de pequenos agricultores é também muito importante para Angola.

3.5 IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES

Em Angola, de acordo com Ministério Das Relações Exteriores, (2010) a classificação de bens importados e exportados é regida pelo Código Aduaneiro e pela Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação. (Decreto-Lei 04/12, publicado no Diário da República em 4/8/2012).

As importações de Angola representam cerca de 3,379 bilhões de euros em bens e serviços por ano, sendo as principais importações de máquinas e equipamentos elétricos, veículos e peças, medicamentos, produtos alimentares e têxteis. O país exporta cerca de 9.805,5 milhões de euros por ano, constituindo as principais exportações o petróleo e derivados, diamantes, gás e café, além do algodão. Em decorrência da desestruturação da capacidade produtiva causada por décadas de guerra civil, podemos inferir que o país importa grande parte dos bens que consome e dos serviços que utiliza. Assim, as importações abrangem um leque bastante diversificado em sua balança comercial. Angola importa 40% do que consome de bens e serviços (BANCO MUNDIAL, 2010).

Em 2009, Portugal foi o principal país exportador para Angola, com uma quota de 20%, seguido da África do Sul (13%), Estados Unidos (13%), França (7%) e Brasil (6%). Segundo a Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), 2009 Angola importa cerca de € 3,37 bilhões em bens e serviços por ano, sendo as principais importações de maquinaria e equipamento elétrico, veículos e sobressalentes, medicamentos, produtos alimentares e têxteis. No primeiro trimestre de 2010, as exportações da China para Angola aumentaram 45,7%, colocando

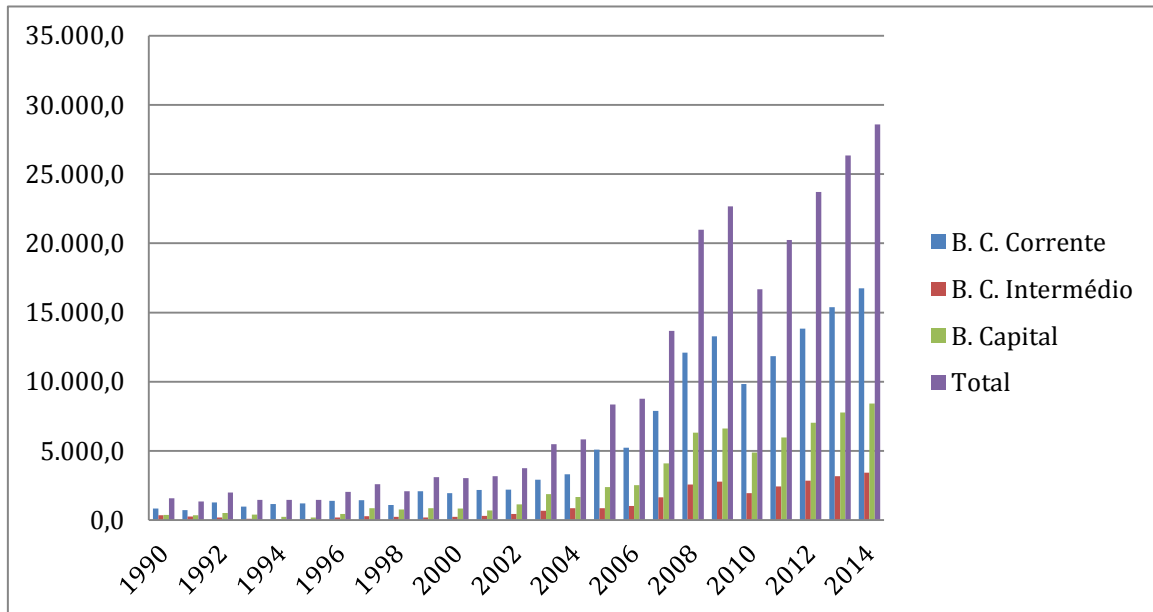
aquele país como o principal parceiro comercial angolano, no período, conforme relatório do Conselho Nacional de Carregadores (CNC). Portugal, apesar de ter registrado uma queda de 5% nas exportações para Angola, manteve o 2º lugar. A 3ª posição é da França, que também viu as exportações caírem (8,8%), mas conseguiu ultrapassar o Brasil, que teve uma queda ainda maior, da ordem de 25%. É possivelmente efeito resultante de gestões recentes nas políticas económico financeiras, particularmente de câmbio e reservas, daqui e de lá, sem demérito da estratégia, competência e competitividade dos concorrentes. O comércio exterior angolano está caracterizado por superávit na balança de bens e déficit na de serviços (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010).

Tabela 14 - Importações: 1990 - 2014 mercadorias classificação econômica, U.M. Em milhões de U.S Dólares

DESCRIÇÃO	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Mercadorias	1.578,2	1.347,2	1.988,0	1.462,6	1.454,1	1.467,7
Bens de Consumo						
Corrente	837,2	732,6	1.286,6	979,8	1.169,7	1.215,2
Bens de Consumo						
Intermédio	357,1	254,2	192,4	89,0	52,1	70,2
Bens de Capital	383,9	360,3	509,0	393,9	232,3	182,3
DESCRIÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mercadorias	2.040,5	2.597,0	2.079,4	3.109,1	3.039,5	3.179,2
Bens de Consumo						
Corrente	1.394,8	1.449,9	1.080,1	2.076,6	1.950,2	2.173,5
Bens de Consumo						
Intermédio	200,6	290,3	232,9	182,3	245,4	303,9
Bens de Capital	445,1	856,8	766,4	850,1	843,9	701,8
DESCRIÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Mercadorias	3.760,1	5.480,1	5.831,8	8.353,2	8.777,6	13.661,46
Bens de Consumo						
Corrente	2.192,5	2.927,9	3.305,0	5.101,0	5.228,7	7.897,6
Bens de Consumo						
Intermédio	437,0	671,3	856,3	866,8	1.026,8	1.656,6
Bens de Capital	1.130,6	1.880,9	1.670,5	2.385,5	2.522,1	4.107,3
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Mercadorias	20.982,19	22.659,94	16.666,86	20.228,48	23.716,93	26.343,96
Bens de Consumo						
Corrente	12.108,6	13.270,8	9.824,0	11.837,5	13.829,1	15.387,3
Bens de Consumo						
Intermédio	2.565,5	2.769,5	1.955,0	2.427,6	2.860,5	3.174,0
Bens de Capital	6.308,1	6.619,6	4.887,8	5.963,4	7.027,3	7.782,7
DESCRIÇÃO	2014					
Mercadorias	28.586,80					
Bens de Consumo						
Corrente	16.737,3					
Bens de Consumo						
Intermédio	3.434,0					
Bens de Capital	8.415,5					

Fonte: BNA (2015).

Gráfico 2 – Importações: 1990 - 2014 mercadorias classificação econômica, U.M.
Em milhões de U.S Dólares



Fonte: BNA, 2014

*Elaborado pela autora, 2016.

Tabela 15 - Posição de Angola em 2008, em relação ao comércio mundial

Posição no comercial mundial 2008	Exportação	Importação
Mercadorias	48 ^o	72 ^o
Excluindo comércio intra-UE	33 ^o	50 ^o
Serviços, comércio	150 ^o	36 ^o
Excluindo comércio intra-UE	124 ^o	22 ^o

Fonte: Organização Mundial do Comércio (2008).

Em exportação Angola ocupava a 48^o posição em relação ao comércio mundial em 2008 e na importação estava em 72^o posição.

Tabela 16 - Principais produtos ou grupos importados por Angola - 2008

Descrição	2008 (S\$ milhões, CIF)	Part% Total
Cadeiras, máquinas, instrumentos mecânicos	3,765	18,4%
Veículos automóveis, tratores e ciclo	3,004	14,7%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1,676	8,2%
Máquinas, aparelhos e matérias elétricos	1,507	7,4%
Embarcações e estruturas flutuantes	1,176	5,8%
Combustíveis, óleo e ceras minerais	721	3,5%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	692	3,4%
Ferro fundido, ferro e aço	608	3,0%
Móveis, mobiliários médicos cirúrgicos, colchões	570	2,8
Carnes e miudezas comestíveis	510	2,5%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	492	2,4%
Plásticos e suas obras	412	2,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	325	1,6%
Produtos de industria de moagem, malte, amidos	281	1,4%
Gorduras, óleo e ceras minerais ou vegetais	259	1,3%
cereais	247	1,2%
Preparações de carne, de peixe ou de crustáceos	217	1,1%
Subtotal	16,462	80,5%
Outros	3,982	19,5%
Total geral	20,444	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC (2008).

Os principais produtos com numero maior de importações US\$ 12.81 bilhões (2009 est.): veículos e peças, medicamentos, alimentos, têxteis, bens militares, máquinas e equipamentos elétricos.

As exportações de Angola constituem a maior fonte de riqueza do país. Seus produtos exportados são, principalmente, petróleo bruto, diamantes, petróleo refinado, gás, café, sisal, peixe e produtos processados de peixe, madeira não processada e algodão. Os produtos petrolíferos representam aproximadamente 97% do total das exportações, enquanto os bens de consumo compõem 60% do total importado pelo país.

Em 2008, Angola esteve na 48ª posição (OMC, 2008) no *rank* das exportações mundiais. Em 2009 a crise econômica e a baixa nos preços do petróleo afetaram as receitas petrolíferas, que tiveram uma redução dramática. Em 2009, Angola exportou 40.65 bilhões de dólares o que a colocou em 53º lugar em relação aos outros países. No mesmo ano importou 15.74 bilhões de dólares, ficando na 76ª posição no mundo. Segundo a Agência Nacional para o Investimento Privado de Angola, as exportações de Angola têm como principais destinos: EUA (44,2%), China (18,7%), França (9%), Bélgica (8,8%) e Espanha (2,1%), em dados de setembro de 2009.

Tabela 17 - Principais produtos ou grupos exportados

Descrição	2008 (US\$milhões, FOB)	Part% total
Combustível, óleo e ceras minerais	65,575	98,2%
Petróleo, pedras preciosas semipreciosa	894	1,3%
subtotal	66,469	99,6%
outros	278	0,4%
Total geral	66,747	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC (2008).

Os principais produtos com número maior de exportações: US\$ 40.02 bilhões (2009 est.): petróleo bruto, diamantes, refinados de petróleo, café, sisal, peixe e derivados, madeira, algodão (CIA, 2016).

3.6 DIFICULDADES ENCONTRADAS NO SETOR AGRÍCOLA

O desenvolvimento econômico depende também da eficiência ou produtividade dos investimentos, ou seja, da relação produto-capital, a qual reflete fatores do lado da oferta como educação, desenvolvimento tecnológico, boas instituições e boa infraestrutura. Pontos de estrangulamento: são limitações que travam o crescimento da economia, quer seja pela falta de investimentos, quer seja pela má alocação de recursos direcionados a este fim. Desta forma os setores onde o crescimento da demanda ultrapassa a capacidade instalada de atendimento o transtorno será inevitável (BRESSER-PEREIRA, 2011).

A economia angolana vem variando desde 1975, a estrutura burocrática prevalente injetava uma rigidez e complexidade na gestão econômica. Com isso problemas graves de ineficiência e falta de coordenação foram surgindo nesse modelo burocrático em que se baseava a economia Angola. Os pontos de

estrangulamento tanto de órgãos do estado como servidores civis adotaram um esquema de mercados paralelos (MENEZES, 2000).

A economia angolana vem crescendo ao longo dos anos e também tem sofrido variações econômicas por causa das crises mundias, vários setores tem sido afetados com essas variações. Com a paz, conquistou-se a estabilidade política e avanços para um quadro de normalidade constitucional. A nível económico a fragilidade da moeda nacional e a inflação permite a especulação e remuneração dos produtos importados e isso resulta em estímulos insuficiente a produção interna (GONÇALVES, 2004).

O setor agrícola foi prejudicado por um o longo período de guerra civil provocando grandes impactos no desenvolvimento do mesmo. São vários os pontos de estrangulamentos do setor agrícola dentre estes temos: a baixa produtividade na agricultura, técnicas de produção deficientes, produtos agrícolas como sementes são escassos dificultando a plantação em relação à qualidade e quantidade, com a guerra teve muita destruição as infraestruturas estão danificadas dificultando à deslocação dos agricultores as estradas estão estragados principalmente as secundárias e terciárias, recuso financeiros reduzido, conhecimento deficiente em relação à agropecuária há pouco incentivo da parte dos governantes para esse setor, produtos agrícolas com alto custo devido à importação dos mesmos (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUE, 2013).

O setor agrícola precisa de um resolução imediata. Vários programas estão sendo desenvolvidos para solucionar esses problemas, como o caso de formação de uma política agrária, o desenvolvimento da capacidade de investigação agrária, implementação de crédito para apoiar associações agrícolas, cooperativas, pequenos e médios produtores, o da reabilitação de infraestruturas de apoio à atividade produtiva, o da promoção do comércio no meio rural, o da promoção integrada de fileiras estratégicas, o da diversificação da economia e o da promoção de parcerias público-privadas. Todos estes programas tem o objetivo de melhorar e desenvolver o setor agropecuário. Como área prioritária em termo de políticas agrárias para desenvolver o setor agrícola temos os seguintes: crédito agrícola, promoção do comércio rural, serviços de assistência técnica e extensão agrícola e a investigação científica (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUE, 2013).

✓ Crédito agrícola: é um instrumento económico crucial para a retomada da produção por parte das famílias fortemente afetadas com longos anos de Guerra

civil que teve como palco principal as áreas rurais, para o combate à pobreza e para a animação da economia rural, pela possibilidade de se aumentar o número e a qualidade dos prestadores de serviços. O envolvimento de diversos atores e diferentes níveis a informação dos progressos ao público e o papel conferido às cooperativas e associações, facilita o acesso dos agricultores ao crédito e dando-lhes, pela primeira vez fora do estreito marco do setor agrícola, a possibilidade de crescerem pela prática da participação e pelo reconhecimento da sua utilidade também são aspetos bastante inovadores do programa.

✓ Promoção do comércio rural: tendo como função fornecer aos agricultores bens de consumo e de uso ferramentas e outros meios de produção agrícola e também a de assegurar a compra de produtos agrícolas.

✓ Serviços de assistência técnica e extensão agrícola: é a rede de implantação relativamente densa com diferentes serviços, mais ou menos especializados, principalmente nas províncias mais produtivas.

✓ Investigação científica: são responsáveis pela divulgação dos conhecimentos técnicos e científicos obtidos em Laboratórios, Centros de Estudos e Estações Zootécnicas; pela produção e distribuição de sementes e plantas melhoradas; pela intervenção de natureza preventiva ou de combate às pragas e doenças de maior importância económica (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUE, 2013).

Ao longo dos anos de guerra civil e políticas menos adequadas para o setor agrícola, registou-se um retrocesso do seu nível técnico e tecnológico, pois a importância que o governo colonial português conferia à agricultura familiar, expressa na quantidade de serviços de assistência técnica e extensão agrícola e sua rede de implantação relativamente em diferentes serviços, mais ou menos especializados, principalmente nas províncias mais produtivas, nunca foi entendida e assumida pelo governo angolano. Para além de assistência técnica e de fornecimento de fatores de produção e outras formas de crédito aos agricultores, competia aos serviços, vários deles estruturados em institutos com certa autonomia, no âmbito do desenvolvimento das principais culturas nas regiões onde as mesmas possuíam maior importância económica, fazer a coordenação, disciplinando e fiscalizando o comércio das respectivas produções, o que mostrava bem a importância conferida ao subsector familiar (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUE, 2013).

Perante as dificuldades que se deparam o setor agrícola, definiu que o governo deve ser o mais importante operador de estratégia de promoção do agronegócio em Angola. Por isso, foi criada uma sociedade anónima com capitais públicos para promoção de empreendimentos agrícolas cuja finalidade é a produção de alimentos, a preparação de profissionais qualificados e a modernização tecnológica da agricultura (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUE, 2013).

3.7 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANGOLA

Nesta seção é apresentado o panorama geral da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional em Angola. Por segurança alimentar e nutricional (SAN), segundo Maluf (2007) é definida como a realização do direito de todos os indivíduos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidades satisfatório, sem comprometer outras necessidades essenciais visando assim as bases práticas alimentares que promovem a saúde, permitindo a diversidade cultural social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

A SAN tem dois princípios que são: o direito humano a alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar, esses princípios são vinculados a ações de políticas públicas. Em 1966 foi firmado o pacto internacional de direitos econômicos, social e cultural que estabelece o direito de todos usufruir um padrão de vida adequado pra si mesmo e sua família com moradia, vestuário e alimentação (MALUF, 2007).

Dentre as necessidades do ser humano, a alimentação talvez seja a mais básica, uma vez que a falta da mesma pode ser refletida pela pobreza. A falta de precaução com a alimentação pode afetar o desenvolvimento mental e físico de uma criança e reduzir as habilidades e aptidões em um adulto deixando-os mais vulneráveis às doenças. De acordo com os dados do Ministério do Planeamento de Angola, 52% dos angolanos comem menos de três refeições por dia (OLIVEIRA, 2012).

Um estudo feito pela Oliveira (2012), Investigadora do Centro de Estudos Africanos do Instituto de Ciências do Trabalho e Empresas – Instituto Universitário de Lisboa sobre a Pobreza em Angola, afirmava que quando foi realizado o estudo de campo sobre a alimentação e nutrição, todas as pessoas entrevistadas afirmaram tomar o pequeno almoço, que era constituído por chá e pão com manteiga. O

almoço era realizado onde exercem sua atividade (informal), sendo que o jantar era a refeição principal do dia.

Esses alimentos eram adquiridos em praças e nas ruas, no mesmo dia em que são preparados uma vez que muitos não possuíam frigorífico para conservar os alimentos. A partir desse mesmo estudo certificou-se que na maioria dos casos as habitações nem sequer possuíam energia elétrica, e que os alimentos eram preparados à lenha ou carvão, uma vez que o uso do fogão não é muito frequente através do preço elevado do mesmo e das botijas de gás (OLIVEIRA, 2012).

Baseando neste cenário a segurança alimentar deve ser uma preocupação crucial das políticas de desenvolvimento social angolano, com o foco no setor agrícola e o consumo alimentar.

Um relatório escrito por Pinto (2013, p.18) sobre o Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), dizia que:

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) foi aprovada pelo Conselho de Ministros em 2009. A formulação da ENSAN foi coordenada pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MINADERP) e contou com a participação de outros dez ministérios e da sociedade civil. A FAO apoiou tecnicamente a formulação da ENSAN no quadro do Programa Especial para a Segurança Alimentar (PESA), financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Junto com a ENSAN, o Governo pretende promover a supervisão das iniciativas do país no diz respeito à segurança alimentar e nutricional. Composta por Cinco eixos que descrevem todas as dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Tabela 18 - Número de pessoas desnutridas (média 3 anos)

Ano	Milhões de pessoa
1991-1993	7.10
1993-1995	7.60
1995-1997	7.40
1997-1999	7.20
1999-2001	7.10
2000-2002	7.00
2001-2003	6.80
2002-2004	6.40
2003-2005	6.00
2004-2006	5.70
2005-2007	5.40
2006-2008	5.10
2007-2009	4.70
2008-2010	4.40
2009-2011	4.00
2010-2012	3.80
2011-2013	3.60
2012-2014	3.50
2013-2015	3.40
2014-2016	3.20

Fonte: FAOSTAT (1991-2016).

Nota-se uma redução significativa de desnutrição nos anos após a guerra civil, sendo que o censo populacional realizado pelo ultima vez foi em 2014 com 24,3 milhões de pessoas. Em 2014-2016, foram registradas 3,20 milhões de pessoas desnutridas em Angola.

4 CONCLUSÃO

Angola é um país de África com potencial agrícola muito grande, e riquezas naturais também grandiosas, a guerra civil retrocedeu a economia do país, mais muitos projetos para a recuperação da mesma estão sendo implementados para a melhoria do país.

Apesar do crescimento econômico e desenvolvimento social alcançado nos últimos tempos desde que foi assinado o acordo de paz e com a determinação sobre a diversificação da economia angolana, fixados nos programas desenvolvimentistas como o crédito agrícola, promoção o comércio rural, serviços de assistência técnica e extensão agrícola, o setor agrícola continua tendo uma participação ínfima no PIB devido à falta de apoio financeiro, ou seja, as verbas direcionadas a este setor vêm diminuindo consecutivamente no Orçamento Geral do Estado.

Na era colonial algumas regiões em que o solo era fértil foram brutalmente afetadas pela guerra civil, e ainda são encontrados vestígios de minas alocadas nos solos, impossibilitando a produção agrícola. Além desse fator existem outras dificuldades (estrangulamentos) que impossibilitam o crescimento do setor como: baixa produtividade na agricultura relacionada a falta de emprego de alta tecnologia e uso eficiente de insumos (falta de financiamento), infraestruturas danificadas, estradas destruídas, principalmente as secundárias e terciárias, recursos financeiros reduzidos e o conhecimento deficiente em relação à agropecuária (conhecimento tecnológico e científico deficiente).

Porém para melhorar estas dificuldades (estrangulamentos) o governo tem criado programas desenvolvimentistas como: o desenvolvimento da capacidade de investigação agrária, implementação de crédito para apoiar associações agrícolas, cooperativas, pequeno e médios produtores, o da reabilitação de infraestruturas de apoio à atividade produtiva, o da promoção do comércio no meio rural, o da promoção integrada de leiras estratégicas, serviços de assistência técnica e extensão agrícola e a investigação científica. Todos estes programas tem o objetivo de melhorar e desenvolver o setor agropecuário.

Sugere-se que o governo angolano disponibilize recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento do setor agrícola. Esta pesquisa teve algumas limitações, observou-se algumas dificuldades tais como: número reduzido de

informações sobre o tema, dificuldade de encontrar dados confiáveis. Os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eva Maria. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ANGOLA. República. **Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Luanda, março de 2009. Disponível em: <<http://www.ulonowomunga.org/index.php/observatorio/social/send/6-social/99-angola-estrategia-de-seguranca-alimentar>>. Acesso em: 15 abr. 2016

AGRONEGÓCIO. **Rede de Cooperação da Fileira das Tecnologias e Serviços do Agronegócio**. 2014. Disponível em: <<http://www.agro-negocio.pt/pdf/angola.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

ANTÔNIO, Flávio Patrício Afonso. **Estudo da geografia econômica para o planejamento de angola**. UNESC, Criciúma, SC, 2011.

ARAÚJO, Richard Medeiros de; GOMES, Fabrício Pereira, LOPES, Alba de Oliveira Barbosa. Pesquisa em administração: qualitativa ou quantitativa? **Rev. Faculdades**. Juiz de Fora, v. 3, n.1, p. 151- 175, junho de 2012. Disponível em: <http://www.viannajunior.edu.br/files/uploads/20130919_143904.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2016.

BANCO MUNDIAL. **Doing Business 2010**. Disponível em: <<http://portugues.doingbusiness.org/ExploreEconomies/?economyid7#StartingBusi>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011

BNA. Banco Nacional de Angola. **Relatório de contas**. 2013. Disponível em: <www.bna.ao/uploads/{7a36c1e5-435d-4b59-8b3a-bd2b17134bad}.pdf>. Acesso em: 22 de fev. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma escola de pensamento keynesiano-estruturalista no Brasil?. **Rev. Econ. Polit.** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 305-314, junho 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 maio 2016.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 10, p. 312-347, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2016.

CEIC/UCAN. **A distribuição do rendimento como modelo alternativo de crescimento**. Fevereiro, 2016. Disponível em: <<http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2016/03/Working-Paper-No-1-Fevereiro-2016.pdf>>. Acesso em: 5 mar 2016.

CIA. Central Intelligence Agency. The world factbook. **África – Angola**. 07 junho de

2016. Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

CONTINI, Daniel Jeffery; LIMA-FILHO, Dario de Oliveira; DRESCH, Leonardo de Oliveira. Perfil da produção agrícola para autoconsumo em territórios rurais de Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**. Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 203-212, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122012000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CUATOS, José Matuta. A agricultura familiar. **O país**. Luanda, jun. 2015. Disponível em: <<http://opais.co.ao/a-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA. **Sobre Angola**. 2016. Disponível em: <http://www.embaixadadeangola.com.br/v2/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=68>. Acesso em: 27 fev. 2016.

FIDA. Fundo de internacional de desenvolvimento agrícola. Investir na população rural de Angola. **Via paola di dono. Itália**. Fevereiro de 2014. Disponível em: <www.ifad.org>. Acesso em: 02 mar 2016.

FITUNI, L. L. **Angola**. Progresso Moscovo, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Andréia Patrícia et al. Malária grave por Plasmodium falciparum. **Rev. bras. ter. intensiva**. São Paulo, v. 23, n. 3, p. 358-369, sept. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-507X2011000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2016.

GONÇALVES, José. **O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola**. Centro de estudos africanos - CEA. PT. 2004.

JOVIER, Stefânia; PINTO, Anthony Lopes; MARCHAND, Alexandra. **Angola: Perfil do Setor Privado do País**. 2012. Disponível em: <<http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports/Angola%20-%20Private%20%Setor%20Country%20Profile%20-%20Portuguese%20Version.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2015.

LUTZENBERGER, José A. O absurdo da agricultura. **Estud. av.** São Paulo, v. 15, n. 43, p. 61-74, dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2016.

INE. Instituto Nacional De Estatística. **Censo da População**. 2014. Disponível em: <<http://censo.ine.gov.ao>>. Acesso em: 24 set. 2015.

_____. **Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População**. 2011. Disponível

em:

<http://www.ine.gov.ao/xeo/attachfileu.jsp?look_parentBoui=770636&att_display=n&att_download=y>. Acesso em: 21 mar 2016.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: vozes, 2007.

MARQUES, Alexandra. Segredo da descolonização de angola: toda verdade sobre maior tabu da presença portuguesa em África. **Don quixote**. Lisboa, 2013.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova**. São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2016.

MARTINI, Luiz Carlos Pittol; TRENTINI, Élen Cristin. Agricultura em zonas ripárias do sul do Brasil: conflitos de uso da terra e impactos nos recursos hídricos. **Soc. estado**. Brasília, v. 26, n. 3, p. 613-630, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MENEZES, Solival. **Mama Angola**: sociedade e economia de um país nascente. Editora da universidade de São Paulo: fapest, 2000.

MINAGRI. Ministério da Agricultura. **Programa Nacional de Investimentos a Médio Prazo no Ambito do PDDAA – NEPAD (PNIMP)**. 2004. Disponível em: <<http://www.minagri.gov.ao/download.aspx?id=69&tipo=publicacao>>. Acesso em: 9 abr. 2016

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Como Exportar Departamento de Promoção Comercial Divisão de Informação Comercial Brasília. **CEX**. 2010. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/CEXAngola.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

MINSA. Ministério Da Saúde. 2011. **Inquérito de Indicadores de Malária em Angola**. Disponível em: <<http://dhsprogram.com/pubs/pdf/MIS10/MIS10.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

NOGUEIRA, Fernanda Danielle Cavalcante. **Brasil e Angola**: a relação de complementariedade entre as colônias portuguesas. 2012. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

OLIVEIRA, Silvia. Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégia para sua erradicação. **Ciências sociais unisinos**. Lisboa, 2012. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2012.48.1.04/837>. Acesso em: 26 fev 2016.

OMC. Organização Mundial do Comércio. **Angola**. 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial->

e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc>. Acesso em: 18 abr. 2016.

PACHECO, Fernando; CARVALHO, M^a Leonor Da Silva; HENRIQUE, Pedro Damião. **Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana**. Luanda: Ed. Universidade de Évora/Comissão Executiva do 2.º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural/Universidade Metodista de Angola, 2013. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/9386>>. Acesso em: 15 set. 2015.

PATERNIANI, Ernesto. Agricultura sustentável nos trópicos. **Estud. av.** São Paulo, v. 15, n. 43, p. 303-326, dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 maio 2016.

PINTO, João N. Direito à alimentação e segurança alimentar e nutricional nos países da CPLP. **FAO**. Roma, 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/018/i3348p/i3348p.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

RASELLA, Davide. Impacto do Programa Água para Todos (PAT) sobre a morbi-mortalidade por diarreia em crianças do Estado da Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 40-50, jan. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 maio 2016.

RELA, José Manuel Zenha. **Angola: o futuro já começou**. Luanda: Nzila, ed. 2, 2005.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. 2014. **Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2116.

ROCHA, Manuel José Alves. **Por onde vai a economia angolana?** Luanda: Mayamba editora, 1. ed, junho de 2011.

_____. **Os limites do crescimento económico em angola**. Luanda: Ed mayamba, 2012.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 6. ed, 2010.

SANTOS, Rui Miguel. Estudo de Mercado sobre Províncias de Angola - Atualização 2015. Associação Industrial Portuguesa - Feiras, Congressos e Eventos. **CESO Development Consultants**. Março 2015. Disponível em: <www.ceso.pt/upload/pdf/content.../CESO_estudos_angola_2015_01>. Acesso em: 26 abri 2016.

THE WORLD BANK. Angola: aspectos gerais. **Working for a World Free of Poverty**. 2016. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>>. Acesso em: 09 maio 2016.

VEIGAS, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** Editora da Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991.

VIANA, Maick da Silveira; ANDRADE, Alexandro; BRANDT, Ricardo. Iniciação esportiva de velejadores Brasileiros: um estudo qualitativo diagnóstico. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte (Impr.)**. Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 283-301, jun, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892011000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 15 jun. 2016.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. **A presença de empresas brasileiras na África: incentivos atrativos e motivações.** Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ANEXO (S)

ANEXO A – OGE – ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO - % DEDICADO À AGRICULTURA

